

Plano de governo visa a criar empregos

LUIZ AUGUSTO MICHELAZZO

SÃO PAULO — O plano de combate ao desemprego de um eventual Governo Lula já está pronto e prevê a criação de oito milhões de novos postos de trabalho nos próximos quatro anos. Mantido em sigilo pela cúpula do PT, o programa foi planejado para não depender de mudanças legais ou constitucionais e lançará mão de recursos já existentes, porém considerados mal distribuídos. Denominado "Plano de Impacto contra o Desemprego", ele consumirá perto de US\$ 25 bilhões oriundos de fundos sociais e constitucionais, além de verbas orçamentárias.

Coordenado pelo deputado Aloizio Mercadante, o plano foi elaborado por cinco economistas ligados ao PT. Dividido em três linhas de ação — geração de empregos, atendimento ao desempregado e políticas ativas de emprego — o projeto vai redirecionar os recursos do Fundo de Auxílio ao Trabalhador e do FGTS, entre outros, para aplicações na construção civil, na agricultura, na agroindústria e no turismo, eleitos pelos economistas do PT como os setores mais adequados à geração de empregos.

— Estaremos dando melhor destino ao dinheiro que engordou a indústria do açúcar e do álcool sem nenhum proveito para o trabalhador do setor, que continuou temporário, bôia-fria e miserável — afirma um dos economistas responsáveis.

Segundo ele, as empresas que

sonégam impostos ou deixam de recolher o FGTS serão banidas de quaisquer benefícios:

— A idéia é criar um sistema de informática que mantenha em linhas cruzadas as informações dos Ministérios do Trabalho, da Previdência e da Saúde, botando às claras os cadastros cujas informações não batem.

Destinadas a absorver grandes contingentes de mão-de-obra, as cooperativas agrícolas, cooperativas de trabalho e microempresas serão privilegiadas na distribuição dos recursos. Segundo estudos do partido, devido à progressiva automatização da produção, está quase esgotada no Brasil a geração de empregos por indústrias como a química e a automobilística, que, no entanto, por sua importância econômica, não serão abandonadas.

— Entendemos que há uma emergência social. Se nada for feito, dentro de quatro anos haverá 14 milhões de desempregados e estaremos todos sentados num barril de pólvora — acrescenta o economista, que prevê a criação massiva e emergencial de ocupação de baixa qualidade para a absorção rápida de mão-de-obra desqualificada.

Além do financiamento de máquinas e equipamentos para cooperativas, o plano prevê a criação de viveiros de empresas, comuns na Itália e na Espanha: são galpões dotados de infraestrutura, nos quais os microempresários não pagam aluguel e remuneram o Estado apenas com o recolhimento do imposto de sua atividade.